



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUN
AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

PARECER SOBRE A PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE

Exercício 2022



Universidade Federal do Rio Grande
- FURG

Sumário

INTRODUÇÃO.....	2
1. OBJETIVO E ESCOPO.....	4
2. ANÁLISE	4
2.1 Aderência da Prestação de Contas aos Normativos que Regem a Matéria (Inc. I, Art. 16 da IN CGU 05/2021).....	4
2.2 Conformidade Legal dos Atos Administrativos (Inc. II, Art. 16 da IN CGU 05/2021).....	6
2.3 Processo de Elaboração das Informações Contábeis e Financeiras (Inc. III, Art. 16 da IN CGU 05/2021)	8
2.3.1 Fragilidades nos Controles Internos de Bens Patrimoniais com Repercussão na Exatidão das Informações Contábeis	8
2.3.2 Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Ativo Imobilizado .	10
2.3.3 Recomendações/Determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo em Relação ao Inventário Físico de Bens Patrimoniais da FURG	12
2.4 Atingimento dos Objetivos Operacionais (Inc. IV, Art. 16 da IN CGU 05/2021).....	13
2.4.1 Variações mais Significativas nos Indicadores de Desempenho no Período 2020 à 2022	13
2.4.2 Análise dos Indicadores de Desempenho no Período 2020/2022	23
2.4.2.1 Indicadores de Desempenho no Período 2020/2022 com Valores Zerados	23
2.4.2.2 Falta de Dados nos Indicadores SISPROJ - Eixo Pesquisa.....	24
2.4.2.3 Insuficiência de Indicadores SISPROJ no Eixo Pesquisa para o Acompanhamento e Análise Gerencial dos Dados Relativos à Pesquisa.....	27
2.4.2.4 Necessidade de Aperfeiçoamento dos Indicadores Relativos à Criação de Políticas	28
2.4.2.5 Necessidade de Aperfeiçoamento dos Indicadores Relativos à Evasão .	29
2.4.2.6 Não há Referência á Taxa de Retenção de Alunos entre os Indicadores de Desempenho.....	30
Conclusão	31

INTRODUÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, cumprindo a atribuição estabelecida no Art. 15, § 6º do Decreto 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação que foi dada pelo Decreto n.º 4.304, de 16 de julho de 2002, apresenta sua opinião sobre a Prestação de Contas Anual, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa 84/2020 – TCU e Decisão Normativa 198/2022 do TCU; bem como as Normas Técnicas da Auditoria. Este Parecer de Auditoria Interna trata dos exames realizados sobre os atos e consequentes fatos de Gestão, praticadas no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

De acordo com o disposto na Portaria 49/2022 – TCU, atualizada pela Portaria 92/2022 – TCU, a Universidade Federal do Rio Grande está relacionada entre as Unidades Prestadoras de Contas que terão os processos formalizados para julgamento das contas em relação ao exercício de 2022.

A prestação de contas é definida pelo § 1º do Art. 1º da IN/84/2020 – TCU como um instrumento de gestão pública mediante o qual os administradores e responsáveis pela governança e pelos atos de gestão de órgãos e unidades da administração pública apresentam e divulgam informações e análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício, com vistas ao controle social e ao controle institucional, previstos nos Art. 70, 71 e 74 da Constituição Federal.

A divulgação das informações relativas aos resultados da gestão, deve ser realizada no sítio oficial das Unidades Prestadoras de Contas – UPC's, através da publicação do relatório de gestão, na forma de relato integrado, das demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas e, quando aplicável, do certificado de auditoria, bem como dos documentos e informações de interesse coletivo ou gerais exigidos em normas legais específicas que regem a atividade da UPC (permanecendo disponíveis por um período mínimo de cinco anos a contar do encerramento do exercício financeiro a que se referem), conforme o disposto no Art. 8º, incisos I, II e III, e § 2º; e no Art. 9º, inciso II da IN 84/2020 – TCU.

O prazo para atualização destas informações no sítio eletrônico dos órgãos e entidades públicas (UPC's) pode variar em decorrência da legislação ao qual se aplica.

Existem informações que devem ser atualizadas semestralmente, ou, sempre que mudanças ocorrerem, relativas:

- a) aos objetivos, as metas, os indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados, sua vinculação aos objetivos estratégicos e à missão da UPC, e, se for o caso, ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior;
- b) o valor público em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício, e a capacidade de continuidade em exercícios futuros;
- c) as principais ações de supervisão, controle e de correção adotadas pela UPC para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos;
- d) a estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- e) os programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto, com indicação dos valores alcançados no período e acumulado no exercício, que estão relacionadas no Art 8º, Inc. I da IN 84/2020 – TCU, conforme estabelecido no art. 48, inciso II, da Lei Complementar 101/2001 e no art. 8º, § 3º, inciso VI, da Lei 12.527/2011.

Já as informações referidas nas alíneas "f" a "j" Art 8º, Inc. I da IN 84/2020 – TCU deverão ser atualizadas em tempo real ou na periodicidade de ocorrência dos eventos:

- f) os repasses ou as transferências de recursos financeiros;
- g) a execução orçamentária e financeira detalhada;
- h) as licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- i) a remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, os jetons e outras vantagens pecuniárias, além dos proventos de aposentadoria e das pensões daqueles servidores e empregados públicos ativos, inativos e pensionistas, de maneira individualizada;
- e j) o contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

A elaboração do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado¹, foi estabelecida pelo Tribunal de Contas da União a partir do ano de 2018, com base na Estrutura Internacional de Relato Integrado, mantida pelo *International Integrated Reporting Council* da *Value Reporting Foundation*, uma organização global sem fins lucrativos formada reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs. Trata-se de uma estrutura de relatório baseada em princípios que tem por objetivo explicar aos investidores como a organização gera valor ao longo do tempo, evidenciando sua aderência aos princípios de boa governança, definição da estratégia e alocação de recursos para alcance dos objetivos, bem como o gerenciamento de riscos e a vigilância contínua e cuidadosa do futuro.

1. OBJETIVO E ESCOPO

O trabalho foi realizado com vistas a atender ao disposto no art. 15, § 6º do Decreto nº 3.591/2000, nos arts. 15 a 17 da IN/CGU nº 5/2021.

Nossa responsabilidade é expressar opinião geral, com base nos trabalhos de auditorias individuais previstos e executados no âmbito do PAINT, sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto: i. à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria; ii. à conformidade legal dos atos administrativos; iii. ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras; iv. ao atingimento dos objetivos operacionais.

2. ANÁLISE

2.1 ADERÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS NORMATIVOS QUE REGEM A MATÉRIA (INC. I, ART. 16 DA IN CGU 05/2021)

A finalidade da prestação de contas é demonstrar, de forma clara e objetiva, a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais para atender às necessidades de informação dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e

¹ Relato Integrado. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/relato-integrado.htm>

de controle para fins de transparência, responsabilização e tomada de decisão.

De acordo com o Art.4º da IN 84/202 – TCU, são princípios para a prestação de contas: a) Foco estratégico e no cidadão; b) Conectividade da informação, c) Relações com partes interessadas, d) Materialidade, e) Concisão, f) Confiabilidade e completude, g) Coerência e comparabilidade, h) Clareza, i) Tempestividade e j) Transparência.

A Figura 1 a seguir apresenta as partes que devem integrar a Prestação de Contas das UPC's.

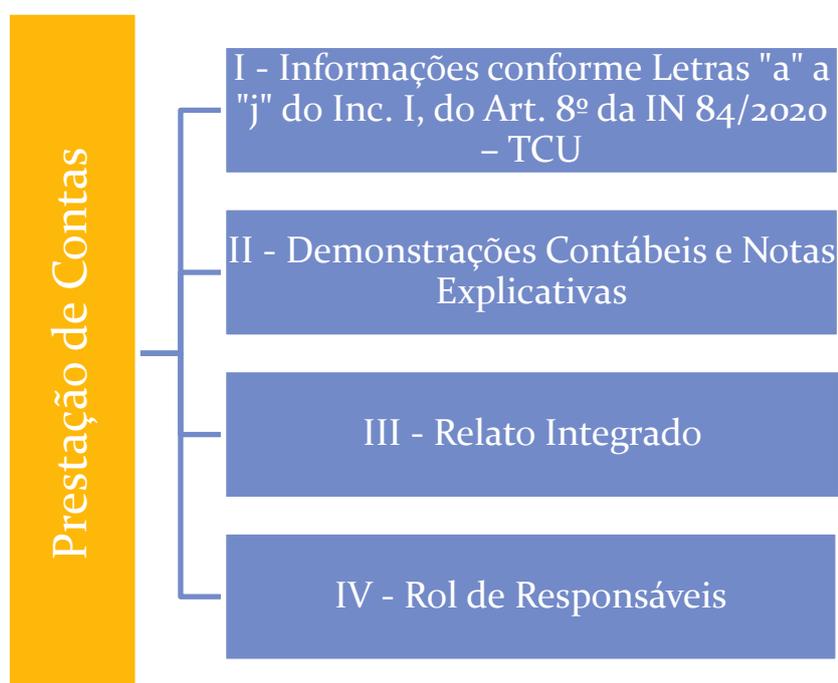


Figura 1 – Partes integrantes da Prestação de Contas.
Fonte: IN 84/2020 - TCU

Com base no exposto, verificamos que as informações relativas a Prestação de Contas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG estão disponibilizadas no sítio eletrônico da instituição no menu “Transparência e Prestação de Contas²”.

² Transparência e Prestação de Contas – FURG. Disponível em:
<https://www.furg.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/apresentacao>

Em relação aos documentos encaminhados a esta Auditoria Interna, que serviram de base a formulação do Relato Integrado³, constatamos observação aos princípios e aos elementos que devem compor o Relatório, em conformidade com a IN 84/2020 – TCU.

2.2 CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS (INC. II, ART. 16 DA IN CGU 05/2021)

Em relação a governança, gestão de riscos e controles internos, foram elaborados em decorrência do PAINT/2022 os seguintes trabalhos de Auditoria:

- 1) Relatório de Auditoria sobre Gestão de Resíduos Sólidos: Teve o objetivo de avaliar a aderência da Universidade à Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos sólidos. Nesta análise foi constatada a existência de estrutura para a coleta adequada de resíduos na Universidade, tendo em vista que existem tipos variados de resíduos, conforme a legislação. Dessa forma, a coleta é realizada conforme esta tipologia: resíduo reciclável, resíduo orgânico, resíduo de óleo vegetal, resíduo de serviços de saúde, resíduo químico perigoso, resíduo perigoso diverso, resíduo de lâmpada fluorescente, resíduo eletro-eletrônico, resíduo de construção civil e efluentes sanitário e caixa de gordura. Foi constatada ainda a utilização de um Sistema informatizado que tem a finalidade de realizar a segregação adequada dos resíduos químicos perigosos nos laboratórios para a adequada coleta/descarte, bem como para o controle de estoque de reagentes nos laboratórios (módulo em fase de construção).

Contudo, há necessidade de incrementação dos controles internos no sentido de: 1) Regulamentação formal das competências e atribuições da Unidade de Coordenação de Gestão Ambiental – PROINFRA/CGA; 2) Ampliação da publicidade dos planos de resíduos sólidos da FURG, bem como da oferta de capacitação técnica na área de resíduos sólidos.

³ Orientações para elaboração do Relato Integrado. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7FFoEFD201835C478C764470>

2) Relatório de Consultoria sobre Gestão de Riscos: O objetivo deste trabalho de consultoria foi determinar a maturidade da gestão de riscos com a finalidade de verificar aspectos a serem melhorados, em relação ao processo de gestão de riscos implementado nas Unidades: Diretoria de Administração de Material – DAM/PROPLAD e Diretoria de Obras – DOB/PROINFRA. Assim, foram avaliadas as Dimensões Ambiente e Processo, definidas a partir do Modelo de Avaliação da Maturidade Organizacional em Gestão de Riscos desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Em relação a Dimensão Ambiente foi identificada a existência de uma política consistente com os princípios estabelecidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e as determinações contidas na IN MP/CGU 01/2016, que define os aspectos básicos a serem considerados quando da elaboração da PGR (objetivos, princípios, diretrizes, atribuições e competências). A execução do processo foi orientada pela Metodologia de Gestão de Riscos - FURG. Este processo foi estruturado a partir da instituição do Comitê de Governança, Riscos e Controle e do Comitê Operativo, bem como do NUEX, responsável pela implementação do processo GR na Universidade.

Na Dimensão Processo, em relação a etapa monitoramento e comunicação foi verificada a necessidade de estabelecimento de protocolos de comunicação com as linhas de defesa, definidas pelo Instituto de Auditores Internos (The IIA)⁴.

Constatou-se, ainda, a necessidade de criação de um Sistema de Gestão de Riscos (*software*) devido ao quantitativo de Unidades administrativas/acadêmicas que devem ser alcançadas pelo processo de gestão de riscos na Universidade.

⁴ Declaração de Posicionamento do IIA: as três linhas no gerenciamento eficaz de riscos e controles (IIA, 2020). Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/korbilload/upl/editorHTML/uploadDireto/20200758glob-th-editorHTML-00000013-20072020131817.pdf>

2.3 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS (INC. III, ART. 16 DA IN CGU 05/2021)

2.3.1 FRAGILIDADES NOS CONTROLES INTERNOS DE BENS PATRIMONIAIS COM REPERCUSSÃO NA EXATIDÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Quanto as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas que devem compor a Prestação de Contas Anual de 2022, em análise a Declaração Anual do Contador – DAFC/PROPLAD - FURG (Exercício 2022), verificamos a existência da “Restrição 632”, que aponta o alongamento de saldos na conta contábil “Importações em Andamento”. Essa conta tem a função de registrar “os valores relativos a todos os gastos com importações em andamento de equipamentos, máquinas, aparelhos e outros bens móveis”, conforme o PCASP (2023)⁵.

A conta “Importações em Andamento” tem o caráter transitório, pois imediatamente após a realização da importação, com o recebimento do bem na Universidade, deve ser realizada a transferência do valor da sua aquisição para a conta contábil específica do bem, ou seja, deve ser registrada a saída na conta Importações em Andamento em contrapartida a uma entrada na conta específica do bem (ex. Equipamentos, Máquinas, etc).

O registro patrimonial tem sua correspondência no balanço financeiro da instituição, representando recursos imobilizados. Para a realização desses registros é necessário que a Unidade de Patrimônio, envie mensalmente a Relação de Bens Patrimoniais – RMB (documento que integra a movimentação de entrada e saída de bens móveis do ativo permanente da unidade gestora), à Contabilidade para fins de registro no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal.

Simultaneamente ao recebimento do bem na universidade, deve ser realizado o tombamento, que corresponde ao processo de inclusão (entrada) do bem permanente no sistema de controle patrimonial da Universidade. Isso significa dizer que o bem que entra no acervo, apresentará igualmente um aporte de recursos no balanço patrimonial. Por interferir no balanço patrimonial, essa

⁵ Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP/STN (2023). Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41346

operação é atribuição exclusiva da Unidade de Patrimônio. O tombamento deve ser realizado sempre no momento em que o bem entra fisicamente na instituição e envolve desde o lançamento dos bens no Sistema Patrimonial até a assinatura e arquivamento dos Termos de Responsabilidade.

Pelo exposto, verifica-se que uma parte significativa dos bens adquiridos via Importação no período 2007/2022, não foram recebidos/tombados pela Unidade competente na Universidade, já que o saldo na conta contábil 12311.07.02 – Importações em Andamento (R\$7.052.848,37) é composto por valores que foram sendo lançados ao longo do período, sem que estes fossem transferidos, para as contas contábeis específicas dos bens. Isto tem como resultado um saldo crescente, conforme os registros e conciliações contábeis, que estão sendo realizadas.

De acordo com a Declaração Anual do Contador - DAFIC/PROPLAD:

“a) Saldo de R\$ 7.052.848,37 na conta Importações em Andamento (12311.07.02), o que demonstra falta de apuração e controle dos bens importados, existindo a necessidade de apuração de que bens já se encontram nas dependências da Universidade (para reclassificação do valor para a conta permanente do bem) ou se ainda permanecem em desembaraço aduaneiro. **O resultado da falta de controle adequado interfere nos índices econômico-financeiros, além da possibilidade de existirem bens sem a localização pelo agente competente; e, por conseguinte, sem o registro da referida depreciação.** Nesse sentido, a conciliação da conta já está sendo providenciada pela Coordenação de Contabilidade para posterior notificação/diligência dos responsáveis.” (Grifo nosso)

A “Restrição 632” relata, ainda, a ocorrência de situação semelhante em relação as contas contábeis: 12321.06.01 – Obras em Andamento e 12321.06.05 – Estudos e Projetos, cujos saldos devem ser apropriados, imediatamente ao término de cada obra à contas contábeis específicas da obra correspondente:

“b) Saldo de R\$ 119.803.773,42 (Obras em Andamento – 12321.06.01), R\$ 72.261,29 (Estudos e Projetos – 12321.06.05) compoendo um valor de R\$ 119.876.034,71 em Bens Imóveis em Andamento. O fato é de extrema relevância visto que **os valores deixados de serem contabilizados em conta específicas dos bens sugere a falta de depreciação**

dos imóveis e a inadequada informação sobre a real capacidade econômica da Instituição.” (Grifo nosso)

A falta de apropriação dos valores para a conta específica das obras, quando da sua conclusão, impede os registros contábeis de depreciação destes imóveis, visto que estes só podem ser realizados após o registro em conta própria do Bem Imóvel, imediatamente após verificada a sua conclusão.

A falta de registro de depreciação de bens móveis e imóveis afeta as informações contidas no DVP, mais especificamente a conta contábil Depreciação, Amortização e Exaustão, que registrou R\$26.673.911,79 (2022) e R\$23.071.531,02 (2021), pela falta de apuração da depreciação dos bens na sua totalidade.

Em análise a Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foram constatadas ainda a existência de contas contábeis com valores zerados: a) Reavaliação de Ativos (Variações Patrimoniais Aumentativas); e b) Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes por perdas.

Estas situações contrariam a NBC TST 07 e o Manual SIAFI, que estabelece o tratamento contábil que deve ser observado nos registros do ativo imobilizado.

2.3.2 NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – ATIVO IMOBILIZADO

A NBC TST 07⁶ emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, destacando que: “as principais questões a serem consideradas na contabilização do ativo imobilizado são (a) o reconhecimento dos ativos, (b) a determinação dos seus valores contábeis e (c) os valores de depreciação e de perdas por redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em relação a eles”.

⁶ NBC TST 07 – Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público/CFC. Disponível em:

https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2017/NBCTSP07

Quanto a Depreciação, o Manual SIAFI - macrofunção 020330⁷ estabelece, em caráter obrigatório, para a Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, o que segue:

“4.6 - Para o registro da depreciação, amortização e exaustão devem ser observados os seguintes aspectos: a) Obrigatoriedade do seu reconhecimento; b) Valor da parcela que deve ser reconhecida no resultado como decréscimo patrimonial, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo; e c) Outras circunstâncias que podem influenciar seu registro (frequência de uso, obsolescência, entre outros).

[...]

6.5 - A depreciação deve ser reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

[...]

7.1 - O método de depreciação deve ser compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente durante esse período.”

Em relação as reavaliações periódicas dos bens móveis, a Macrofunção 020335⁸ - SIAFI, estabelece procedimentos para a reavaliação e redução ao valor recuperável do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de forma que “caso o valor contábil de um ativo imobilizado ou intangível apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está em imparidade (*impairment*)”.

Neste sentido, a NBC TST O7 estabelece que sempre que o valor justo de um ativo permanente diferir materialmente do seu valor contábil, faz-se necessária a sua reavaliação. Este procedimento é definido pela norma como sendo a adoção do valor de mercado ou do valor de consenso entre as partes para os bens do ativo, enquanto que a Redução ao valor recuperável (*impairment*) é o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios

⁷ Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão. Disponível em: <http://www.dcont.eb.mil.br/images/Deprecia%C3%A7%C3%A3o.pdf>

⁸ Macrofunção 020335 – SIAFI – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável. Disponível em: http://www.dcont.eb.mil.br/images/020335_Reavaliacao_Reducacao.pdf

econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

2.3.3 RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO EM RELAÇÃO AO INVENTÁRIO FÍSICO DE BENS PATRIMONIAIS DA FURG

O Inventário físico é definido pela IN 205/1988 da Secretaria de Administração Pública - Presidência da República:

“Instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes, em uso no órgão ou entidade, que irá permitir, dentre outros: a) o ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem; b) a análise do desempenho das atividades do encarregado do almoxarifado através dos resultados obtidos no levantamento físico; c) o levantamento da situação dos materiais estocados no tocante ao saneamento dos estoques; d) o levantamento da situação dos equipamentos e materiais permanentes em uso e das suas necessidades de manutenção e reparos; e e) a constatação de que o bem móvel não é necessário naquela unidade.”

O **Inventário Físico de Bens será Anual** quando: “destinado a comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais do acervo de cada unidade gestora, existente em 31 de dezembro de cada exercício - constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício”, (IN SEDAP 205/1988)

O Inventário Físico de Bens, na Universidade, é objeto da Recomendação 791083 da CGU (em monitoramento) e do Acórdão 367/2010 - TCU/2C, determinando que:

“1.5.1.4. apure a responsabilidade pelo desaparecimento de bens patrimoniais relacionados no item 3.1.1.1 do Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral da União (fls. 181/182 do Volume Principal), assegurando o respectivo ressarcimento, conforme previsto no item 10.5 da IN SEDAP n.º 205/88, informando ao TCU – SECEX/RS, na prestação de contas do próximo exercício, as medidas adotadas e os resultados alcançados;

1.5.1.5. apure a causa da divergência entre o valor dos bens móveis da instituição e o valor lançado na contabilidade, procedendo às correções necessárias, de modo que haja compatibilidade entre eles, nos termos dos artigos 94 e 95 da Lei n.º 4.320/64;

1.5.1.6. complemente as informações no sistema patrimonial da Universidade, propiciando a perfeita caracterização de todos os bens, consoante determina o art.94 da Lei n.º 4.320/64 c/c o item 8.2 da IN SEDAP n.º 205/88”.

Diante do exposto, considerando que há necessidade de fortalecimento dos controles internos relativos aos bens patrimoniais e, ainda que, os procedimentos de conciliação contábil já foram iniciados para a devida notificação e apuração de responsabilidades, pela Coordenação de Contabilidade – DAFC/PROPLAD, esta Auditoria Interna realizará o acompanhamento das diligências e da implementação dos controles internos que devem ser adotados para o adequado controle patrimonial, bem como para a regularização das informações contábeis, constantes das Demonstrações Contábeis da Universidade.

2.4 ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS (INC. IV, ART. 16 DA IN CGU 05/2021)

A análise do atingimento dos objetivos operacionais deve levar em conta o momento de crise e escassez de recursos enfrentado pelas universidades federais brasileiras. De acordo com o levantamento realizado pelo MEC⁹, 90% das universidades tiveram perdas reais em relação ao período 2013/2017, em razão de que o repasse total realizado por esse ministério reduziu-se em 28,5%.

Como forma de avaliar o alcance dos objetivos institucionais estabelecidos no PDI 2019-2023 foram definidos indicadores que demonstram os resultados alcançados, bem como as variações anuais ocorridas. Assim, são analisados a seguir os resultados e variações ocorridas no período 2020/2022.

2.4.1 VARIAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS NOS INDICADORES DE DESEMPENHO NO PERÍODO 2020 À 2022

Destaca-se no Quadro 1, a seguir, as variações consideradas mais significativas identificadas em relação aos indicadores de desempenho da Universidade.

⁹ MORENO, A. C. 90% das universidades federais tiveram perda no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28% - 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml>

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período	Observação
		2020	2021	2022	2021/2022	
Ensino de Graduação	Estudantes em Mobilidade Acadêmica Nacional	43	681	0	-	Edital do PROMOVER não ofertado pela ANDIFES em 2022.
	Taxa de Cursos que Apresentam Propostas Interdisciplinares e Flexíveis	0	1,56%	37,3%	2291,02%	Total de 67 cursos de graduação (presenciais e a distância). Desse total há 01 curso com proposta interdisciplinar e 24 cursos com propostas flexíveis.
	Nº de Novos Laboratórios de Ensino	12	9	13	44,44%	Em 2022: <ul style="list-style-type: none"> • 8 Laboratórios IO; • 3 Laboratórios ICB Toxicologia; • 3 Laboratórios Limnologia.
	Número de Vagas Ociosas	1.057	1.210	1.662	37,35%	Representa o número de vagas ofertadas no Processo Seletivo de Ocupação das Vagas Ociosas - PSVO
	Número de Vagas Ociosas Ocupadas	165	220	336	52,72%	Número de Estudantes matriculados no PSVO.
Ensino de Pós-Graduação	Percentual de Docentes Doutores Vinculados a Pós-Graduação	53,09%	53,39%	50,87%	-4,71%	Foi relatado o fechamento de um PPG em contrapartida a abertura de novos PPG's e, ainda, as aposentadorias, que impactam sobre o indicador.
	Percentual de Estudantes de Mestrado e Doutorado com Publicação	28%	23,5%	28,8%	22,55%	Índice estável.

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período 2021/2022	Observação
		2020	2021	2022		
Pesquisa	Número de Grupos de Pesquisa	190	122	140	14,75%	A criação de novos grupos de pesquisa contribui para o aumento do índice
	Número de Bolsas de Iniciação Científica	220	219	228	4,11%	Foi destacado que Apesar das dificuldades de fomento à pesquisa nos últimos anos, a FURG teve sucesso na manutenção do número de bolsas, com pequeno aumento (4%) no quantitativo de bolsas da FAPERGS e CNPq.
	Número de Projetos de Pesquisa Cadastrados	1.161	1.012	1.114	10,08%	Índice estável.
	Número de Pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPQ	75	75	83	10,67%	Destaca-se neste índice uma elevação importante considerando as aposentadorias.
	Número de Publicações em Periódicos	848	902	1.046	15,96%	Existe uma tendência de elevação do índice em 10% ao ano
Inovação Tecnológica	Número de Projetos de Inovação Tecnológica vigentes (Dados Sisproj)	4	18	11	-39%	Possível motivo da variação: menos docentes interessados
	Número de Bolsas de Iniciação Tecnológica	40	49	57	16,33%	Possível motivo da variação: aumento da oferta pelos órgãos de fomento

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período	Observação
		2020	2021	2022	2021/2022	
	Número de Contratos de Transferência Tecnológica firmados com empresas	2	20	14	-30%	Possível motivo da variação: menos interessados
	Número de Pedidos de Proteção concedidos (marcas, patentes, registros de <i>software</i> , etc)	2	6	3	-50%	Registros realizados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.
	Número de Empresas Incubadas	8	7	5	-28%	Foi relatado que existem 4 empresas em processo de incubação além das 5 incubadas.
Extensão	Ações de Extensão concluídas no Exercício	142	175	115	-34,28%	Foi relatado que apesar da queda do índice a meta foi atingida.
	Número de Bolsistas de Extensão via FURG	76	83	83	0%	Foi informado que a meta de 80 bolsistas prevista foi atingida.
	Número de Bolsistas de Extensão via FAURG	3	14	43	207,14%	Foi destacado que o aumento dos bolsistas é salutar tendo em vista que estes são custeados com recursos externos, muitas vezes do setor privado, demonstrando a aproximação da Universidade com os diversos setores da sociedade.

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período	Observação
		2020	2021	2022	2021/2022	
	Ações de Formação em Extensão	2	7	1	-85,71%	Neste índice é destacado que os esforços foram direcionados ao cumprimento da meta curricularização da extensão.
	Produtos gerados a partir da Extensão (publicações, Livros, patentes, etc)	41	138	90	-34,78%	Foi evidenciada a necessidade de integração entre os sistemas existentes, tendo em vista que a correção dos dados levantados depende do conhecimento da existência de uma ferramenta e de sua correta utilização.
Cultura	Número de Encontros para Debater a Política da Cultura	1	12	4	-66,67%	Foi relatada a complexidade decorrente do hibridismo entre o retorno presencial e todas as demandas criadas no contexto virtual.
	Número de ações culturais realizadas (eventos, projetos, agenda)	39	45	81	80%	Neste índice foram destacadas as ações: participação na Feira do Livro, conversas literárias, simpósio de cultura, feirinha do livro, exposições artísticas, etc.
	Número de Público Visitante (Complexo de Museus FURG)	5.818	3.000	54.177	1.706%	Recuperação do público visitante do complexo de museus da FURG após a retomada das atividades (COVID 19)

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período 2021/2022	Observação
		2020	2021	2022		
Assuntos Estudantis	Tempo Médio de Espera em dias entre a solicitação e o atendimento psicológico	7	30	15	-50%	O tempo médio de 15 dias. Entretanto, foi relatado que existe uma sazonalidade. Dessa forma, em alguns períodos do ano o tempo médio de espera foi de 7 dias.
	Percentual, por Tipo, de Benefícios Solicitados que se Enquadram nas Regras do Programa, por matriculados (Auxílio Alimentação – Restaurante Universitário)	39%	29%	44%	52%	Foi relatado que todos os estudantes que solicitaram o benefício e cumpriram com as etapas dos editais foram atendidos.
	Número de Estudantes Atendidos pelos Projetos de Ensino para Apoio Pedagógico	800	4.486	6.021	34,22%	Aumento significativo na quantidade de alunos atendidos.
	Média do Coeficiente de Rendimento dos Estudantes Assistidos	6,67	6,18	5,73	-7,28	Foi relatado que a queda no índice ocorreu no retorno presencial.
	Média do Coeficiente de Rendimento dos Estudantes Não Assistidos	6,4	6,4	7,5	17,19%	É observado que esses dados referem-se a todos os estudantes da FURG (assistidos e não assistidos)

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período	Observação
		2020	2021	2022	2021/2022	
Gestão de Pessoas	Número de Servidores Participantes em Programas de Qualidade de Vida	634	2.280	5.533	142,67%	Ações que buscam a melhoria da qualidade de vida do servidor.
	Número de Gestores Capacitados	0	154	190	23,37%	Capacitação específica para Gestores até o nível de Coordenação.
	Número de Trabalhadores Terceirizados Participantes em Curso de Capacitação	332	36	329	813,88%	Capacitações ofertadas nas temáticas: gerenciamento de resíduos e prevenção em combate ao mosquito Aedes aegyptis.
Infraestrutura	Número de lâmpadas convencionais substituídas por sistemas eficientes	-	1.423	2.604	82,99%	Substituição por LED.
	Percentual de Conclusão da Obra do Sistema de Esgotamento Sanitário	31,71	53,02%	0	-	Segundo esta informação não houve continuidade na obra do Sistema Sanitário no exercício de 2022.
Gestão Ambiental	Percentual de Licenças Ambientais Regulares	100%	100%	100%	0	Foi destacado que as Licenças mantiveram-se regulares no período.
	Número de Servidores que Realizaram curso de Formação Continuada sobre ODS e Agenda 2030.	0	0	80	-	Foram incluídas neste índice todas as atividades do junho sustentável.

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período	Observação
		2020	2021	2022	2021/2022	
	Percentual de Cursos de Graduação com Disciplinas que Abordam Sustentabilidade e Ambiente	0	68%	25,4%	-62,65%	Neste índice é destacado que dos 63 cursos de graduação 16 possuem forte relação com sustentabilidade e ambiente.
	Percentual de Cursos de Pós-Graduação com Disciplinas que Abordam Sustentabilidade e Ambiente	0	0	64,3%	-	Foi informado que 9 dos 14 cursos com mestrado e doutorado possuem uma forte relação com sustentabilidade e ambiente.
Gestão da Informação	Número de Exemplares Físicos Catalogados (livros, etc)	276.949	288.160	298.366	3,54%	Corresponde, em sua maioria, à catalogações realizadas na Biblioteca Central.
	Número de Computadores disponíveis para Acesso ao Catálogo do ARGO e Bases de Dados	42	32	18	-43,75%	É destacado neste índice a demora no retorno dos computadores enviados para conserto.
	Orçamento Utilizado para de Infraestrutura de Informação (TI)	1.313.220,61	1.457.051,00	853.883,50	-41%	Essa redução resulta da redução dos recursos de capital recebidos na Lei Orçamentária Anual - LOA
Comunicação Institucional	Número de Ações de Divulgação por Campi (Campus Carreiros)	922	629	558	-11,30%	-

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período	Observação
		2020	2021	2022	2021/2022	
	Número de Ações de Divulgação por Campi (SLS)	20	15	149	893%	-
	Número de Ações de Divulgação por Campi (SVP)	10	5	41	720%	-
	Número de Ações de Divulgação por Campi (SAP)	30	45	114	153%	-
Gestão Institucional	Número de Processos Administrativos Disciplinares Instaurados	9	1	-	-	Não constam informações sobre as ações realizadas em 2022
	Tempo Médio, em dias, para análise e conclusão dos Processos Administrativos Disciplinares	137	60	-	-	Não constam informações sobre as ações realizadas em 2022
	Número de Ações de Divulgação Realizadas pela Ouvidoria	34	8	28	250%	Foram relatadas várias ações para a divulgação da Ouvidoria.
	Ações para a Divulgação da LAI	1	11	9	-18,18%	Foram relatadas várias ações para a divulgação da Lei de Acesso a Informação - LAI.

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho com Variações mais Significativas

EIXO - PDI	Indicador	Resultado			Variação no Período 2021/2022	Observação
		2020	2021	2022		
	Número de Projetos de Cooperação Internacional Aprovados	1	2	3	50%	Foi informado que a REINTER assumiu a gestão dos seguintes programas: ProLAC, ProAfri e Fundo Regional de Bolsas de Estudo e Inovação (RSIF)
	Número de Parcerias com Instituições públicas de Fomento a Cultura, Ciência Tecnologia e Pesquisa	10	47	49	4,2%	Dados fornecidos pela PROEXC, em decorrência de que o Sistema SISPROJ não permite filtrar estes dados
	Número de Parcerias com Instituições Privadas de Fomento a Cultura, Ciência Tecnologia e Pesquisa	4	5	8	60%	Dados fornecidos pela PROEXC, em decorrência de que o Sistema SISPROJ não permite filtrar estes dados
	Número de Processo Organizacionais com Mensuração do Risco	0	0	4	-	Foi relatada a mensuração do risco de 4 processos organizacionais em 2022: licitação, contratação de obras e serviços de engenharia, aquisição direta e contratos.

Quadro 1: Variação dos Indicadores de Desempenho (2020/2022)

Fonte: Transparência Prestação de Contas – FURG. Disponível em: https://pdi.furg.br/images/Indicadores_PDI_2022_FINAL.pdf

2.4.2 ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO NO PERÍODO 2020/2022

2.4.2.1 INDICADORES DE DESEMPENHO NO PERÍODO 2020/2022 COM VALORES ZERADOS

No Quadro 2, a seguir, foi estabelecido um comparativo entre o número total de indicadores de cada Eixo do PDI, em relação ao número de indicadores que não apresentaram resultados nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Quadro 2 - Indicadores de Desempenho no Período 2020/2022		
Eixos do PDI	Total de Indicadores	Número de Indicadores Zerados no Período 2020/2022
Eixo I - Ensino Graduação	20	1
Eixo II - Ensino Pós-Graduação	37	7
Eixo III - Pesquisa	13	7
Eixo IV- Inovação Tecnológica	19	3
Eixo V - Extensão	22	2
Eixo VI - Cultura	13	2
Eixo VII - Assuntos Estudantis	22	2
Eixo VIII - Gestão de Pessoas	41	8
Eixo IX - Infraestrutura	30	7
Eixo X - Gestão Ambiental	10	0
Eixo XI - Gestão da Informação	24	10
Eixo XII - Comunicação Institucional	36	5
Eixo XIII - Gestão Institucional	71	17

Quadro 2: Indicadores dos Eixos - PDI com valores Zerados.

Fonte:Transparência Prestação de Contas - FURG. Disponível em: https://pdi.furg.br/images/Indicadores_PDI_2022_FINAL.pdf

Em análise ao Relatório de Indicadores do PDI 2022, constatamos a existência de indicadores - sem valores - com a justificativa de que não foram criados filtros para a extração de dados no Sistema SISPROJ. Assim, para alguns indicadores, os valores zerados não significam que ações não foram realizadas, mas sim que existe a necessidade de aperfeiçoamento do Sistema

SISPROJ, no sentido da criação de filtros e emissão de relatórios de natureza gerencial.

2.4.2.2 FALTA DE DADOS NOS INDICADORES SISPROJ - EIXO PESQUISA

Em análise aos indicadores estabelecidos pela Universidade para avaliar o desempenho institucional dos objetivos do PDI (2019/2023), verificamos a utilização de dados do Sistema SISPROJ – FURG, nos seguintes Eixos:

- Eixo Inovação Tecnológica - 2 Indicadores;
- Eixo Extensão – 11 Indicadores; e
- Eixo Gestão Institucional – 3 Indicadores.

Estes Indicadores estão relacionados no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Indicadores SISPROJ						
Eixo PDI 2019/2023	Indicador	Resultado			Variação período 2021/2022	no de
		2020	2021	2022		
Eixo - Inovação Tecnológica	Nº de projetos de Inovação Tecnológica (vigentes)	4	18	11	-39%	
	Capacidade tecnológica da Universidade mapeada	0	1	1	-	
Eixo - Extensão	Nº de ações de extensão concluídas no exercício	142	175	115	-34,28%	
	Nº de ações contínuas de extensão em execução no exercício	155	140	273	95%	
	Nº de ações de extensão iniciadas no exercício	233	244	208	-17,30%%	
	Nº de estudantes de Graduação envolvidos com atividades de Extensão	525	496	658	32,66%	
	Nº de estudantes de pós - graduação	126	173	106	-38,72%	

Quadro 2 – Indicadores SISPROJ						
Eixo PDI 2019/2023	Indicador	Resultado			Variação período 2021/2022	no de
		2020	2021	2022		
	envolvidos com atividades de extensão					
	Nº de docentes envolvidos com ações de Extensão	282	260	272	4,62%	
	Nº de TAEs envolvidos com ações de extensão	91	112	92	-17,86%	
	Percentual de relatórios das ações de extensão cadastradas no SISPROJ encaminhados à PROEXC	56%	85%	77,7%	-8,59%	
	Nº de produtos gerados a partir de ações de Extensão (publicações, livros, patentes e etc.)	41	138	90	-34,78%	
	Nº de projetos com financiamento externo	20	26	27	3,85%	
	Nº de ações de formação continuada de professores	16	32	32	0%	
Eixo – Gestão Institucional	Nº de projetos de Inovação desenvolvidas no HU	8	2	0	-	
	Nº de projetos de extensão desenvolvidas no HU	5	18	12	-66,66%	
	Nº de projetos de pesquisa desenvolvidos no HU	48	45	72	60%	

Quadro 2: Indicadores SISPROJ (2020/2022)

Fonte: Transparência Prestação de Contas – FURG. Disponível em: https://pdi.furg.br/images/Indicadores_PDI_-Glossrio-2021.pdf

Em relação a área de Pesquisa, foi realizada uma Auditoria pela Controladoria Geral da União – CGU, na qual foi recomendada a utilização de parâmetros de cunho gerencial para o

aperfeiçoamento do Sistema SISPROJ, que favoreça a tomada de decisão.

Contudo, identificamos Indicadores no Eixo Pesquisa - sem valores - com a justificativa de que não foram criados filtros no Sistema SISPROJ, conforme Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Indicadores SISPROJ - Eixo Pesquisa - Período 2020/2022					
Eixo	Indicadores	Resultado 2020	Resultado 2021	Resultado 2022	Observação
Eixo Pesquisa	Nº de docentes em projetos de pesquisa	-	-	-	Foi relatado que estas informações requerem a opção de geração de relatórios via SISPROJ, não implementado.
	Nº de recém-doutores em grupos de pesquisa	-	-	-	
	Recursos financeiros externos captados	-	-	-	
	Nº de projetos de pesquisa com participação multi - unidade acadêmica	-	-	-	
	Nº de projetos de pesquisa de cooperação nacional	-	-	-	
	Nº de projetos de pesquisa de cooperação internacional	-	-	-	
	Nº de projetos de pesquisa com atividade de extensão	-	-	-	

Quadro 3: Indicadores SISPROJ Eixo Pesquisa (2020/2022)

Fonte:Transparência Prestação de Contas – FURG. Disponível em: https://pdi.furg.br/images/Indicadores_PDI_2022docx.pdf

Assim, há necessidade da criação de filtros no Sistema SISPROJ, que permitam a extração de dados (Indicadores), para

a avaliação de seus resultados e para o atendimento das recomendações do Relatório 815176 - CGU¹⁰:

“Instrumentalizar o sistema de gerenciamento de projetos utilizado pela Unidade (SisProj) de forma que esteja apto a gerar relatórios gerenciais **com informações acerca dos projetos de pesquisa de cada unidade, das instituições parceiras e dos recursos financeiros envolvidos**, dentre outras que a Furg considere importantes, a fim de viabilizar o monitoramento e avaliação dos financiamentos recebidos pelos docentes, e subsidiar as decisões estratégicas da Furg na distribuição dos recursos entre suas unidades, bem como nas ações de incentivo à pesquisa”. (Grifo nosso)

2.4.2.3 INSUFICIÊNCIA DE INDICADORES SISPROJ NO EIXO PESQUISA PARA O ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE GERENCIAL DOS DADOS RELATIVOS À PESQUISA

A Universidade deve dispor de informações parametrizadas, em razão de que a insuficiência de métricas prejudica o acompanhamento e a análise gerencial do desempenho da pesquisa:

“Isto é, **identificar docentes com produção nula ou baixa, quantas pesquisas são aplicadas e quantas são puras, quais são as macro-áreas de desenvolvimento das pesquisas, quais pesquisas estão vinculadas à soluções técnicas/tecnológicas voltadas ao mercado**, etc, de forma que as mesmas sejam capazes de serem utilizadas gerencialmente para fins de subsidiar o planejamento estratégico e tomada de decisões” (CGU-2019). (Grifo nosso)

Também podem ser estabelecidos parâmetros críticos automatizados, capazes de identificar anomalias (por exemplo, resultados nulos por longos períodos, acúmulo de bolsas, etc).

Destaca-se que os indicadores podem servir, ainda, para divulgar e comunicar a sociedade brasileira sobre a relevante atuação das Universidades públicas no país, em razão de que um

¹⁰ Relatório 815176 – CGU (2019). Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/926067>

levantamento realizado pelo Sou Ciência¹¹ revelou que 36% dos brasileiros não sabem o que é feito nas Universidades públicas:

“Em pergunta sobre “O que você acha que é feito nas universidades públicas?”, com resposta espontânea (não estimulada), **a maioria dos respondentes (53%) expressou positivamente sua percepção sobre o que é feito nas universidades**, destacando: ensino/formação (22,7%), pesquisa/ciência (15,9%), bem como a preocupação com a falta e os cortes de recursos na atualidade (11,4%), entre outros. Apesar de mais de 40% destacarem ensino, pesquisa e atividades relacionadas à extensão (o chamado tripé da universidade pública), uma parcela quase equivalente da população (36,1%) respondeu não saber o que é feito nas universidades públicas. Esse percentual é maior (40-42%) quando se trata da população de menor renda e menor escolaridade. Outro dado preocupante é que esse percentual fica ainda mais elevado entre os respondentes identificados como estudantes (acima de 16 anos): 42,2% informaram que não sabem o que acontece nas universidades. Mesmo entre jovens em idade potencialmente universitária (de 16 a 29 anos), há um alto grau de desconhecimento sobre o que realizam as universidades públicas (37,1%). O percentual cai um pouco entre os mais ricos (acima de 6 SM) e com ensino superior, no entanto, o desconhecimento ainda é citado por 23-25%.”

2.4.2.4 NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DOS INDICADORES RELATIVOS À CRIAÇÃO DE POLÍTICAS

Eixo – Ensino Graduação			
Indicador	Resultado 2020	Resultado 2021	Resultado 2022
Política de Enfrentamento da Evasão e retenção aprovada	-	-	-

O Indicador “Política de Enfrentamento a Evasão e retenção aprovada” no Eixo – Ensino Graduação é apresentado com a justificativa de que a política ainda não foi aprovada. Não é especificado, no entanto, quantas ações foram realizadas para a sua elaboração, ou mesmo em que fase do processo esta se encontra (Indicador de Esforço).

¹¹ Sou Ciência – Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (2021). Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/destaques/sociedade-fala/falta-visibility>

Esta situação ocorre também em outros Indicadores criados para avaliar a criação de Políticas na Universidade, tais como: "Política Institucional de promoção da Saúde Física e Mental Aprovada", "Política de Enfrentamento ao Assédio e às Violências Aprovada (ambas do Eixo – Assuntos Estudantis)", "Política Institucional de Promoção da Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho Aprovada", "Política de Inclusão às Pessoas com Deficiência Aprovada", "Política de Atenção a Saúde Aprovada" (relativas ao Eixo Gestão de Pessoas), dentre outras identificadas no Relatório Indicadores PDI 2022.

2.4.2.5 NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DOS INDICADORES RELATIVOS À EVASÃO

Quanto a Evasão foi identificado o seguinte Indicador:

Eixo – Ensino Graduação			
Indicador	Resultado 2020	Resultado 2021	Resultado 2022
Taxa de Evasão	20,9%	23,07%	-

A evasão é a saída definitiva do aluno do curso de origem sem concluí-lo, sendo comumente consideradas as seguintes formas de saída: o aluno não se matricula e abandona o curso; o aluno comunica sua desistência oficialmente; o aluno transfere-se para outro curso da mesma instituição; o aluno é excluído por norma institucional; ou o aluno transfere-se para o mesmo curso em outra instituição.

A Taxa de Evasão pode ser analisada em conjunto com outros indicadores, a fim de que sejam avaliados os fatores que tenham o potencial de aumentar ou diminuir os seus índices.

A análise dos índices de Evasão individuais de cada Curso de Graduação podem refletir a demanda do mercado, em relação à áreas de maior carência de profissionais. Daí a necessidade da avaliação das taxas de evasão por curso. De acordo com o Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário, que analisou os serviços de educação em Institutos federais (item 27): "é necessário conhecer a quantidade e o tipo de profissionais que estão sendo requeridos pelo mercado". Esta análise pode auxiliar o processo de tomada de decisão e, ainda, contribuir para a criação da Política de Enfrentamento à Evasão e Retenção na Universidade".

Diante do exposto, é preciso considerar que os indicadores de desempenho acadêmicos não devem ser utilizados como simples *rankings*, pois fornecem medidas, que necessitam de interpretação, em conjunto ou isoladamente, em relação ao contexto onde estão inseridos.

Neste sentido, Oliveira (2021)¹² menciona que os “rankings” podem ser valiosos para consumidores, formuladores de políticas e para as próprias instituições acadêmicas. No entanto, utilizam metodologias diversas, sem considerar fatores importantes e a complexidade das universidades.

2.4.2.6 NÃO HÁ REFERÊNCIA À TAXA DE RETENÇÃO DE ALUNOS ENTRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO

Não identificamos indicadores capazes de demonstrar os índices de retenção registrados pela Universidade. A retenção é ocasionada por sucessivas reprovações, é o prolongamento da permanência do estudante na instituição por um tempo maior do que o previsto para a conclusão do curso. Ela compromete a taxa de sucesso acadêmico da Universidade e onera os recursos orçamentários em decorrência do aumento do “Custo Corrente Aluno Equivalente”, o qual estima o custo anual de cada aluno para a Universidade, correspondendo, aproximadamente, a R\$28.000,00 no ano de 2022, conforme o Quadro de Indicadores TCU¹³. Além disso, reprovações repetidas estão também relacionadas com fatores de importância na evasão.

A utilização de indicadores para aferir o alcance dos objetivos institucionais tem o potencial de avaliar a eficiência quanto a utilização dos recursos públicos em relação aos produtos gerados.

Neste sentido Encinas (2019)¹⁴ utilizou indicadores e métricas para avaliar a eficiência das universidades federais, no sentido de verificar: 1) em que medida as instituições justificam seus custos diante dos resultados apresentados; e 2) quais universidades conseguem apresentar melhores resultados diante dos insumos disponíveis. Nesta avaliação foram utilizadas variáveis indicativas tanto da quantidade de produtos gerados quanto da qualidade. Este estudo conclui que existe

¹² Oliveira, João Henrique. *Ranking para quê?* (2021). Disponível em: <https://portal.ufrj.br/ranking-para-que/>

¹³ Quadro de Indicadores TCU 2022. Disponível em: https://www.furg.br/arquivos/Quadro_Comparativo_Indicadores_TCU_-_2022.pdf

¹⁴ ENCINAS, R. **Avaliação de políticas públicas: eficiência das universidades federais e identificação de benchmarks por meio de Análise Envoltória de Dados**. 2019. 166f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4588/1/CT_PPGPG_M_Encinas%2c_Rafael_2019.pdf

um espaço de melhoria da eficiência nas universidades federais, com possibilidade de redução de gastos (21%), um aumento no número de alunos formados (13%) e na produção intelectual (23%).

CONCLUSÃO

Em nossa opinião, o processo de Prestação de Contas Anual da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, relativo ao exercício de 2022, está em condições de ser submetido à apreciação do Conselho Universitário, ressalvo, entretanto, os itens “2.3.1 – FRAGILIDADES NOS CONTROLES INTERNOS DE BENS PATRIMONIAIS COM REPERCUSSÃO NA EXATIDÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS” e “2.4.2 – ANÁLISE DOS INDICADORES 2020/2022”, deste Parecer.

É o Parecer.

Rio Grande, RS, 13 de abril de 2023.

Kátia Arpino Rasia
Auditora Interna Governamental
Contadora - CRC/RS 069246/O-2
Chefe do Órgão de Auditoria Interna
Universidade Federal do Rio Grande - FURG